

O esquema para liquidar os atrasados até o final do mês

14 DEZ 1983

*ainda
Est 12*

por Mário de Almeida
de Paris

Os bancos credores do Brasil começaram a ser chamados a Brasília para discutir a complicada manobra dos dois últimos dias úteis deste ano, quando os US\$ 3 bilhões da primeira parcela do empréstimo-jumbo, que deve ser contratado na véspera do Natal, tocarão na caixa do Banco Central, voltando em seguida na forma de uma liquidação dos atrasados financeiros e comerciais. Para cumprir esse ritual, os banqueiros internacionais terão de trabalhar até na véspera do ano novo, os cálculos mais demorados, como os juros de mora, estão sendo feitos a partir desta semana, dando a sexta-feira, 30 de dezembro, como data comum para a liquidação de todas as posições.

Na praxe, os compromissos atrasados são penalizados com uma sobretaxa de 1% ao ano sobre a taxa original. O Brasil acertou em Nova York, na renegociação de outubro passado, que depositará somente 0,625% ao ano acima da taxa interbancária de Londres (Libor), menos, portanto, do que os juros normais, que incluem sobretaxas médias de 2%.

OPERAÇÃO SIMPLES

A liquidação dos atrasados é relativamente simples no plano jurídico. Com exceção das estatais de sempre (a começar da Siderbrás), os devedores brasileiros em moeda forte fizeram os depósitos em cruzeiros no Banco Central na data correta e com isso adquiriram os "dólares virtuais" ao câmbio do dia, ficando protegidos da desvalorização cambial pela Resolução nº 881. Na semana entre o Natal e o ano novo depositário oficial, isto é, o Banco Central, deverá convocá-los para lhes entregar os dólares correspondentes à mesma quantidade de cruzeiros. Cada devedor poderá escolher o seu banqueiro preferido para efetuar a remessa, mas o único vendedor de dólares será uma vez e sempre o Banco Central, que então terá a burra cheia com o dinheiro do novo empréstimo internacional.

Esses pagamentos correspondem a duas espécies de compromisso: juros de empréstimos em curso ou que venceram nos últimos meses — caso em que o principal foi automaticamente renovado pelo entendimento com os bancos estrangeiros ou então atrasa-

dos comerciais, pura e simplesmente.

No caso dos vencimentos financeiros, os devedores liquidam sua posição até a data mencionada no contrato e o cálculo da mora é um problema a ser resolvido entre o Banco Central, que pagará a diferença, e cada credor. Aí se localiza a dificuldade técnica que está levando os banqueiros a Brasília. Cada empréstimo em atraso exige cálculos adicionais a partir da data do vencimento. Como a taxa de Londres se move com razoável frequência, é inútil programar um computador para tratar de centenas de casos particulares. A conferência será feita a mão e ocupará tanto o Banco Central quanto os credores até o último suspiro de 1983.

Os atrasados comerciais devem produzir uma confu-

são mais duradoura. O principal será liquidado como nos contratos financeiros, mas a mora está muitas vezes cercada de cláusulas particulares, que certamente se transformarão em casos judiciais. O Banco Central terá igualmente de levantar as importações que eventualmente se transformaram em negócios com cobertura oficial dos países ricos — que demandam novos prazos ao Brasil durante a recente negociação no Clube de Paris.

SUBSCRIÇÕES

Entre os bancos europeus há convicção de que, apesar dos problemas de sincronização, o fluxo de caixa combinado dois meses atrás em Nova York será obedecido. Com esta última viagem de pressão às praças mais renitentes, o empréstimo-jumbo será quase integralmente subs-

crita. A estimativa em Paris, na terça-feira, indicava uma soma final de US\$ 6,3/6,4 bilhões. O Brasil não deu nenhuma indicação de que assina por menos do que os US\$ 6,5 bilhões definidos com o "advisory committee". Mas, ainda que o faça, o valor da primeira parcela ficará na faixa de US\$ 2,90/2,95 bilhões.

O fluxo externo de caixa do Brasil tem sido positivo desde o começo de outubro e os bancos internacionais admitem que os atrasos estão agora na faixa dos US\$ 2,8 bilhões, como anunciou o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Nessa base, o Brasil entrará no ano novo com uma sobra de US\$ 1 bilhão, reserva suficiente para sobreviver ao bimestre de verão janeiro-fevereiro, de baixa sazonal nas exportações.